

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE AGRONOMIA  
CURSO DE AGRONOMIA  
AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Guilherme Girardi Bauermann  
00231395**

***“Certificação Orgânica no Brasil:  
Comportamentos Produtivos e de Mercado”***

PORTO ALEGRE, abril de 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE AGRONOMIA**  
**CURSO DE AGRONOMIA**

**Certificação Orgânica no Brasil:**  
**Comportamentos Produtivos e de Mercado**

**Guilherme Girardi Bauermann**  
**00231395**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do Grau de Engenheiro Agrônomo, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Supervisor de campo do Estágio: Dra. Maria Carolina Wilmers Manço, Zootecnista

Orientador Acadêmico do Estágio: Dr. Carlos Gustavo Tornquist, Engenheiro Agrônomo

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

Profa Lucia B. Franke.....Depto de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia (Coordenadora)

Profa Magnólia Silva da Silva ..... Depto de Horticultura e Silvicultura

Prof Alexandre Kessler..... Depto Zootecnia

Prof José Antônio Martinelli .....Depto Fitossanidade

Prof Alberto Inda Jr ..... Depto de Solos

Profa Amanda Posselt.....Depto de Solos

Prof Aldo Merotto.....Depto de Plantas de Lavoura

PORTO ALEGRE, abril de 2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao apoio dos meus pais, por sempre me apoiarem, em especial a minha mãe, que sempre esteve presente em qualquer momento, disposta para sempre me fazer uma pessoa melhor.

Agradeço a todos meus colegas e amigos que me ajudaram nessa trajetória, sempre com trocas de ideias e aprendizados que só acrescentaram para a construção pessoal e profissional.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pública e gratuita, a todos seus professores e servidores que engrandecem esta instituição de ensino que tanto fez e fará pela educação dos brasileiros.

## RESUMO

O seguinte trabalho foi realizado na empresa Instituto Biodinâmico Certificações, localizada no município de Botucatu, no Estado de São Paulo. A empresa é especializada no serviço de certificação por auditoria e, neste trabalho, o foco está no serviço prestado na auditoria de selo orgânico, principal fonte de trabalho para empresa. O objetivo deste estudo é apresentar e elaborar conhecimentos obtidos em relação à questão da certificação neste mercado e também em relação ao tipo de agricultura sustentável que se mantém em crescimento há várias décadas, sempre com perspectivas constantes de aumento de mercado. Durante o estágio ocorreu uma imersão no mercado da certificação orgânica com aprendizado sobre o assunto, suas principais dificuldades, desafios e questionamentos da função da certificação, temas que serão abordados no decorrer do trabalho.

## LISTA DE FIGURAS

		<b>Página</b>
1.	Alguns dos selos orgânicos, sustentáveis e socialmente justos que podem ser certificados pelo IBD e utilizados no mercado brasileiro e internacional.....	09
2.	Crescimento mundial da produção orgânica, em área e sua porcentagem do total de áreas cultivadas.....	11
3.	Empresas certificadoras credenciadas pelo MAPA para realizar certificação por auditoria.....	13
4.	Número de agricultores orgânicos e por sistema de certificação no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos por Regiões do Brasil.....	14
5.	Participação de mercados das empresas de certificação orgânica por auditoria. Em outubro de 2016, no Cadastro Nacional de Produtores orgânicos, com 6203 produtores certificados por 09 empresas de auditoria.....	15
6.	Processos do fluxo contínuo de certificação por auditoria do IBD, com as etapas necessárias para obtenção de certificado.....	18
7.	Trajeto com acesso da sede do IBD para as sedes da FalCafé em Espírito Santo do Pinhal/SP e Ouro Fino/MG.....	18
8.	Recebimento dos cafés identificados com <i>bags</i> e a qualidade dos grãos após separação e processamento.....	19
9.	Maquinário utilizado para processamento e separação do café e identificação do aparelho utilizado para o grão certificado.....	20
10.	Distância do município de Quadra até o centro da cidade de São Paulo, aproximadamente 166 km, potencial mercado.....	21
11.	Convencionalização de produtos orgânicos em uma rede de supermercados paulista.....	24

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>6</b>
<b>2. Caracterização da instituição de realização do trabalho .....</b>	<b>7</b>
<b>3. Referencial teórico do assunto principal .....</b>	<b>8</b>
<b>3.1 Novas tendências de consumo e comércio.....</b>	<b>8</b>
<b>3.2 Dinâmica de oferta e demanda de produtos orgânicos.....</b>	<b>11</b>
<b>3.3 Processo de certificação orgânico.....</b>	<b>12</b>
<b>4. Atividades realizadas.....</b>	<b>15</b>
<b>4.1 Certificação por auditoria IBD.....</b>	<b>15</b>
<b>4.2 Realização de trabalho de auditoria.....</b>	<b>18</b>
<b>4.3 Visita técnica de prospecção.....</b>	<b>20</b>
<b>5. Discussão .....</b>	<b>22</b>
<b>6. Considerações finais .....</b>	<b>25</b>
<b>7. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>27</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em seu estudo sobre o futuro da segurança alimentar, de 2019, a demanda por alimentos em uma população que irá continuamente apresentar crescimento positivo, também espera-se um aumento da produção de alimentos. As ferramentas agrícolas utilizadas para essa finalidade não devem comprometer a disponibilidade de recursos naturais e seu uso, gerando também produtividade para atender às futuras demandas.

A FAO explicita que a agricultura orgânica possui um papel fundamental na busca desse objetivo, visando uma produção que tem por finalidade respeitar os ciclos dos recursos da terra, dando maior autonomia ao agricultor, sem esquecer da preservação e do uso da biodiversidade, mantendo a produtividade e disponibilidade de alimentos. Por isso, é possível afirmar que a possibilidade de continuidade da agricultura está fortemente ligada com as áreas de produção orgânica.

O processo de certificação orgânica engloba diversos escopos, incluindo o processo de transição para orgânicos, a utilização de insumos aprovados ao uso orgânico e o respeito à legislação de produtos orgânicos. No processo de certificação por auditoria, conforme regulamentado pela legislação brasileira de orgânicos (Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro 2003), os diversos aspectos de produção, armazenagem, transporte, rotulagem, certificação e comercialização de orgânicos. Todo o trabalho realizado pelo Instituto Biodinâmico está atrelado a esta legislação.

O estágio foi realizado no município de Botucatu, no interior paulista, entre o período de oito de janeiro até oito de março, totalizando aproximadamente 300 horas de trabalho, realizados em escritório da empresa e em saídas externas.

O principal enfoque foi a assistência ao processo de certificação, com o acompanhamento de todo o fluxo necessário para tal, conforme a legislação vigente: do recebimento de pedido de orçamento, revisão de plano de manejos, até a última etapa de emissão do certificado de conformidade orgânica, na temática de produção e mercado brasileiro de orgânicos.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO**

O Instituto Biodinâmico Certificações está localizado na cidade de Botucatu, SP, possuindo sede única no Brasil neste município. Mesmo assim, sua atuação se expande diversos países no mundo, desde mercados latinos até o chinês. Possui uma carteira de clientes certificados estimada em 1300, desde produtores rurais, processadores, extrativistas, entre outros.

O IBD Certificações foi fundado em 1983 pela Associação Beneficente Tobias (ABT), na cidade de Botucatu, distante 237 km da capital paulista. Em 2008, criou-se a empresa Instituto Biodinâmico Certificações (IBD), sendo atualmente a maior certificadora de produtos orgânicos e sustentáveis da América Latina. O objetivo do IBD Certificações é promover a prática da agricultura Orgânica e Biodinâmica, através da garantia da qualidade orgânica ou biodinâmica dos produtos originários destes cultivos aos consumidores e, ao mesmo tempo, proteger os agricultores contra a competição desleal com produtos não certificados.

Uma das maneiras de certificar a produção orgânica se dá através do processo de certificação por auditoria. Neste sistema, uma empresa externa contratada funciona como uma acreditação/confirmação, dos procedimentos orgânicos realizados na propriedade. O interessado entra em contato com o IBD, que realiza os procedimentos necessários para conformidade orgânica, revisa e questiona os planos de manejo fornecidos. Além disso, o IBD também presta esclarecimentos de dúvidas sobre legislação, realiza inspeções, entre outros, sempre conforme o exigido pelas leis vigentes.

Vale ressaltar que o IBD não atua como uma empresa de consultoria, já que a prática de consultoria por uma empresa certificadora é proibida por lei. Estas empresas possuem papel de assessoria para obtenção do certificado orgânico, não prestando o serviço de metodologias e práticas para atingir o manejo orgânico. Esta diferença de atendimento gera algumas dúvidas entre os produtores que, muitas vezes, esperam da certificadora uma consultoria técnica para sua produção agrícola.

Contudo, além de buscar crescimento de mercado, a empresa objetiva cada vez mais a melhoria da legislação dos orgânicos no Brasil, indo em consultas públicas realizadas pelos governos, esclarecendo dúvidas com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre dúvidas de produtos e manejos permitidos nas produções ecológicas, treinamentos e atualização para os funcionários e auditores. A atuação da empresa também visa a melhoria constante na legislação orgânica, com foco na melhoria produtiva e legislativa para

os produtores, garantir produtos de qualidade e aumentando o alcance dos produtos para os consumidores.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO DO ASSUNTO PRINCIPAL**

#### **3.1 NOVAS TENDÊNCIAS DE CONSUMO E COMÉRCIO**

A busca por formas alternativas de consumo de alimentos e segurança alimentar proporciona um crescimento diferenciado. Este efeito está relacionado com as novas maneiras de atuação dos que não foram contemplados pela revolução verde e agricultura de escala. Os que não são contemplados com os benefícios da produção em larga escala, como é o caso dos agricultores familiares, muitas vezes se encontram empobrecidos e sem perspectivas de competição com as grandes cadeias agroalimentares atuais (ALVES, 2012).

Com a necessidade cada vez maior de legitimar e institucionalizar esses novos mercados sustentáveis e processos de produção, os mecanismos de certificação e acreditação são de extrema importância. Os mecanismos qualificam e padronizam as normas das quais o produto em questão está conectado, definindo os critérios para uma certificação sustentável, “verde”, de agricultura familiar. A certificação mais consolidada, que será abordado neste relatório, será a dos alimentos orgânicos (THIES, 2016).

Segundo Goodman, Dupuis e Goodman (2012) a produção, comercialização e valorização da cadeia produtiva orgânica surgem em resposta às graves contradições que o modelo industrial de produção e as relações comerciais, marcadas por concentrações da oferta de alimentos em grandes cadeias agroalimentares. Os autores argumentam que, inseridas dentro de poucos monopólios, os modelos de agricultura em larga escala foram incapazes de garantir a viabilidade da segurança alimentar e a nutrição de qualidade. Tampouco foram capazes de impedir as crises e as tensões ecológicas e energéticas e nem de diminuir a desigualdade social no campo e nutricional.

Associada à conjuntura atual da hegemonia dos monopólios, uma parcela dos consumidores passa a ser mais reflexiva em relação ao seu consumo (GIDDENS, 1991). Ou seja, com maior poder de reflexão sobre as consequências das suas escolhas de consumo sobre as questões de saúde pessoal, beleza, qualidade nutricional e ambientalmente diferenciados. Estas escolhas são reforçadas devido aos diversos escândalos de qualidade dos produtos de grandes cadeias. Esta virada na forma de consumo gera oportunidades para os mercados

alternativos prosperarem, com a utilização de meios de produção mais conectados com a sustentabilidade e com a produção com menos uso de insumos químicos.

Segundo Giddens (1991), na sociedade moderna, há um afastamento entre o consumidor final, urbano, e os produtores rurais. Esta desconexão gera desconfiança do consumidor em relação aos produtos em geral, especialmente, neste caso, os agrícolas, e, para o produtor, um ambiente de risco. Com a mudança citada anteriormente de comportamento do consumidor, a utilização de novos meios de produção (como a da produção orgânico) busca aproximação entre o consumidor e os produtores de alimentos. E a certificação de orgânicos pode ser uma ferramenta para contornar essas problemáticas, já que ela gera confiança ao consumidor neste ambiente de potenciais riscos causados pela modernidade urbana.

Com o novo perfil de consumidores, o número de selos passou a crescer em quantidade, muitas vezes sem teor de certificação conciso. A busca de alimentos mais saudáveis e com menor tendência de riscos alimentícios transforma o mercado. Por isso, é possível afirmar que há um crescente número de selos de certificação, apropriados pelas marcas, com o objetivo de atrair consumidores (Figura 01). A variedade dos selos, porém, é tão grande que gera desconhecimento aos consumidores sobre seus usos (VIEGAS, 2016). Sobre isso, Buainain (2007) fala sobre a expansão indiscriminada dos usos de selos e rotulagens verdes:

“Passou a existir nas prateleiras uma diversidade bastante grande na forma de apresentação desses vegetais, da qual fazem parte os pré-lavados, os congelados, os minimamente processados, e também os que apresentam certificados de qualidade como denominação de origem, orgânicos e outros atributos (BUAINAIN; BATALHA, 2007, p. 70).”

Figura 01: Alguns dos selos orgânicos, sustentáveis e socialmente justos que podem ser certificados pelo IBD e utilizados no mercado brasileiro e internacional



Fonte: MANÇO, Carolina. Rotulagem de produtos orgânicos e sustentáveis (2019). Apresentação de *power point*.

Com o aumento da demanda de mercado, os produtos orgânicos agroecológicos foram incorporados ao modelo hegemônicos de venda, entrando nos supermercados para atender a demanda de diversificação de produtos dos pelos consumidores para uma agricultura mais sustentável.

Com a demanda por alimentos orgânicos em crescimento, há o surgimento de regulamentações e legislações para garantir a qualidade e origem do produto, tanto para o consumidor quanto ao produtor (BATALHA, 2007). Visando o fornecimento de garantias, estabelece-se um sistema de certificação, realizado por empresas particulares ou públicas especializadas, que garantem a conformidade do produto com os padrões estabelecidos pelo selo. A certificação dos produtos apoia-se no argumento que há necessidade de criar regras de confiabilidade para o consumidor, visto que os produtos sem agrotóxico não possuíam nenhuma diferenciação dos alimentos convencionais e não podiam ser diferenciados após consumo. (SOUZA; SOUZA, 2000; BUAINAIN; BATALHA, 2007). Com a utilização de certificado, os produtos possuem “acreditação”. A empresa certificadora também está sendo responsável pelos padrões do selo e pode ser punida em caso de inconformidade do produto. O uso dos selos também ampliaria o alcance e o acesso em mercados distantes com garantia de preço e qualidade diferenciada (FONSECA, 2002).

A forma de certificação utilizada pelo IBD, por auditoria, obedece um dos modos de certificação. O regulamento está emparelhado com as legislações norte-americana e europeia, com finalidade de facilitar a exportação de produção (BUAIAN; BATALHA, 2007). Atualmente, a legislação possui diferenças, sendo que os agricultores brasileiros devem se adequar ao exigido pelas legislações do país de destino da exportação.

Este sistema de certificação via auditoria sofreu críticas. ONGs e movimentos agroecologistas foram contrários pois, mais uma vez, pode ser excludente, devido à necessidade de pagamento de serviço para a empresa especializada (VIEGAS, 2016). Outro motivo de críticas refere-se ao aplainamento de toda a complexidade envolvida no sistema produtivo agroecológico em um único selo que não seria capaz de representar a dinâmica real do sistema. Há ainda queixas sobre a possibilidade de ocorrência de monopólio entre as empresas certificadoras, tendência que se observa atualmente, sendo que duas empresas possuem mais de 80% do mercado de certificação, concentrados na empresa ECOCERT e IBD (MAPA, 2019).

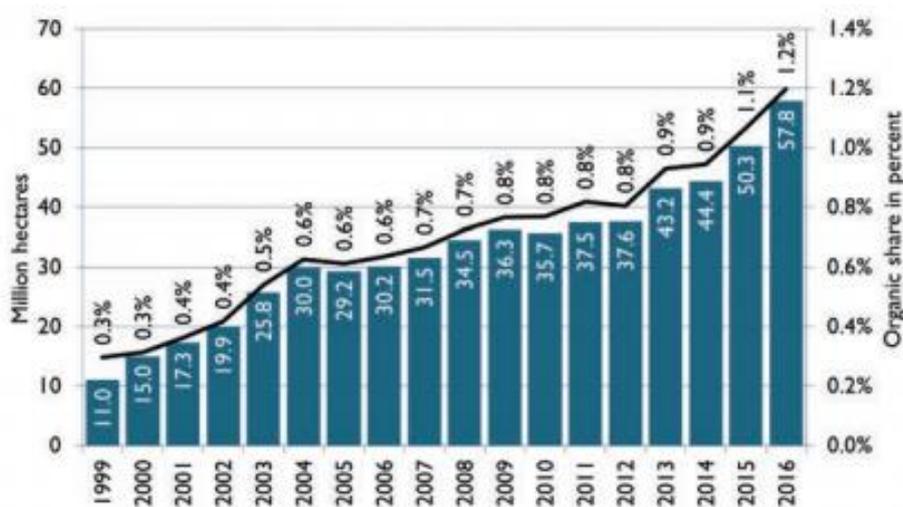
Resumidamente, essa forma de certificação realizada pelas empresas privadas consiste em um cadastro realizado pelos agricultores e a empresa responsável realiza auditoria no

produtor, mediante pagamento de taxa de realização de serviço, para que seja liberado o certificado de conformidade orgânica (VIEGAS, 2016).

### 3.2 DINÂMICA DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS ORGÂNICOS

A agricultura orgânica está se desenvolvendo de maneira muito rápida em todo o mundo. Segundo a pesquisa *The World of Organic Agriculture, statistics and emerging trends 2018* realizada pelo Instituto de Pesquisas de Agricultura Orgânica (FiBL) em 2016 a agricultura orgânica possuía um total de 1,2% das áreas agricultáveis no planeta. O aumento em área também foi expressivo, com um aumento de 420% em área desde 1999 até 2016 em escala global (Figura 02). Há o contínuo crescimento e consolidação dos mercados norte-americanos e europeus como grandes consumidores de mercadorias orgânicas, ambos respondendo por mais de 90% deste mercado em nível mundial.

Figura 02: Crescimento mundial das áreas orgânicas em área e sua porcentagem do total de áreas cultivadas.



Fonte: “The World of Organic Agriculture, statistics and emerging trends 2018” (FiBL).

O mercado doméstico brasileiro apresentou crescimento constante de aproximadamente 10% ao ano durante a década de 1990. Após os anos 2000, o crescimento anual aumentou para 25% (HOPPE et al. 2012), valor que se manteve até 2018. Mesmo com valor mais alto e com as restrições de mercado aos produtos e comercialização, o mercado orgânico gerou 4 bilhões de reais em receita no ano de 2018 (AGAS).

O ranking realizado pela Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS), em 2017, consultou os atacadistas para saber a participação dos produtos orgânicos nas prateleiras do Rio Grande do Sul: atualmente abrangem 1,41% do total de itens comercializados pelo setor. “O consumidor está cada vez mais preocupado com sua saúde. Nas verduras, a participação de orgânicos chega a 8%”, destaca o presidente da AGAS Antônio Longo (SILVEIRA, 2017).

Segundo Stanziani, Secretário Executivo da Associação da Agricultura Orgânica (AAO), o preço mais elevado justifica-se por uma série de fatores diferenciais em relação aos produtos convencionais, desde a falta de assistência técnica aos trabalhadores, até o baixo investimento dos órgãos públicos em políticas para agricultura orgânica. A agricultura convencional possui subsídios e outras políticas de governo. Nas faculdades de ciências agrárias também quase não se fala em produção orgânica (CARREIRO, 2018).

A formação de preço do produto orgânico está relacionada a diversos fatores, desde o meio de produção, o tipo de produto e qual o ponto comercial utilizado (DAROLT, 2000). Os motivos que explicam a tendência de preço mais alta do que nos produtos convencionais são principalmente a demanda maior que a oferta, os riscos da perda de produção devido aos manejos demandarem mais tempo e menor efetividade imediata, maior ou menor grau de dificuldade de cultivo do produto no sistema orgânico e o tipo de posicionamento do varejista no mercado em relação ao preço, variedades e o segmento de mercado que deseja atingir. (VALARINI, 2009)

Dias (2016) observou que a maioria dos consumidores prefere comprar em feiras orgânicas especializadas, devido à maior praticidade e a conveniências, à proximidade geográfica, à diversidade de produtos, às relações de confiança e identidade, pouca necessidade de armazenamento, os produtos são vendidos frescos e diretamente ao consumidor. Por isso, as feiras orgânicas permitem um acesso a produtos por um preço, até cinco vezes menor que o praticado no supermercado (Sposi & Abreu 2017).

### **3.3 PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICO**

Para consolidar e ampliar a produção e comercialização de orgânicos se necessita um processo estabelecido de certificação. Este processo possui uma importância estratégica para o mercado de orgânicos, já que permite ao produtor diferenciar seu produto de uma maneira clara, além de preservar os produtores de possíveis fraudes, e de ampliar e divulgar o conhecimento de orgânicos, podendo até mesmo reduzir o distanciamento entre clientes e produtor.

São utilizados selos oficiais de garantia que atestam que a propriedade que foi objeto de auditoria condiz rigorosamente às normas estabelecidas pelo selo vigente no rótulo (Figura 03), com as normas da entidade certificadora a qual está associado o produto que foi cultivado sobre regras conhecidas e aprovadas (TERRAZZAN, 2009).

Figura 03: Empresas certificadoras credenciadas pelo MAPA para realizar certificação por auditoria



Fonte: Associação de Agricultura Orgânica (2018).

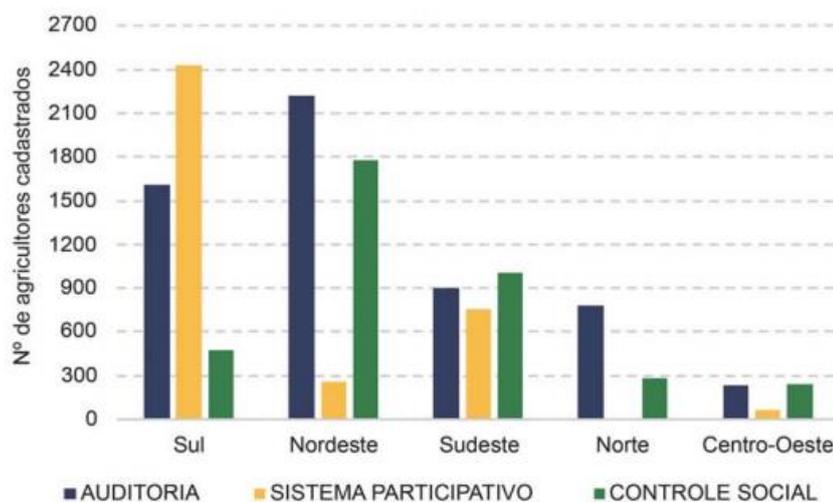
A tecnologia de certificação utilizada está outorgada por diferentes instituições no país, as quais possuem seu regulamento e normas específicas em razão do selo de garantia utilizado. Conforme Brancher (2005), todas as regras formais estabelecidas na legislação devem ser seguidas pelas empresas certificadoras. Isso porque, durante muito tempo, as certificadoras não foram vistas com credibilidade, devido ao entendimento de que as instituições de certificação não são neutras e de que elas são as responsáveis pela eficácia das normas no campo.

A credibilidade do sistema da certificação, que envolve toda a produção do produto orgânico deve ser profissionalmente administrada como garantia para consolidar e acessar o mercado de maneira duradoura em um mundo que possui tendências de maior sustentabilidade (VALARINI, 2009). O perfil do consumidor nacional está cada vez mais próximo ao dos encontrados em mercados mais exigentes e revela que o cidadão está suscetível ao trabalho de propaganda e publicidade dirigido a ele, cada dia estando mais informado, exigente e capaz de cobrar seus direitos, especialmente quando paga um valor a mais pelo produto orgânico.

Conforme dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - MAPA, em junho de 2016, existiam 13.098 agricultores, associações, cooperativas ou empresas cadastradas, 4.517 na região Sul. O mecanismo mais utilizado era a certificação por auditoria (Figura 04). O maior

número de agricultores certificados era encontrado nos estados do Paraná (1.926), Rio Grande do Sul (1.671), São Paulo (1.426), Piauí (1.050) e Santa Catarina (920) (VRIESMAN, 2016)

Figura 04: Número de agricultores orgânicos e sistema de garantia no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos por Regiões do Brasil



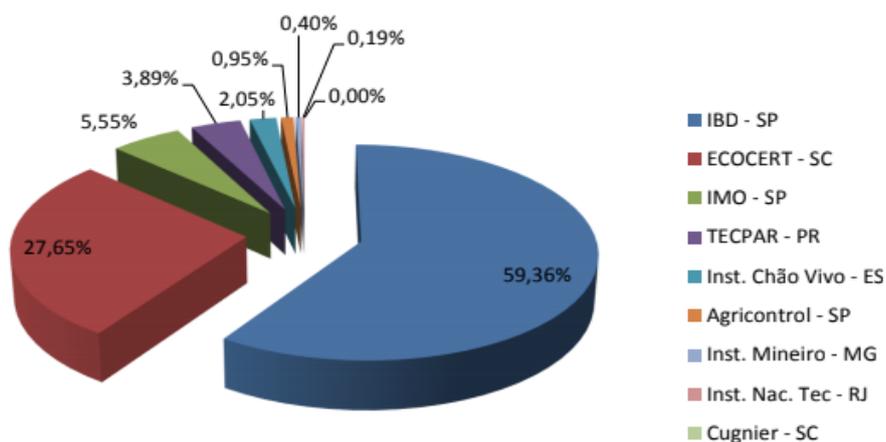
Fonte: MAPA (2016).

O gráfico mostra a variabilidade presente entre os métodos de certificação conforme as regiões do Brasil. A certificação por auditoria possui o maior número de agricultores cadastrados, mas na Região Sul o sistema participativo possui mais importância. Já nas Regiões Nordeste e Norte o sistema participativo não está bem estruturado, não possuindo um papel significativo para certificação. Os Sistemas Participativos de Garantia exigem um maior nível de organização ao menos no que diz respeito à geração de documentos que comprovem as distintas etapas da geração de credibilidade (ECOVIDA, 2018).

Entre as certificadoras, os maiores conjuntos estão concentrados em duas empresas, o IBD e a ECOCERT, juntas dominam mais de 80% do mercado de certificação por auditoria (Figura 05). Existem alguns receios em relação ao controle de mercado por essas empresas, pois pode ser novamente excludente para vários agricultores presentes na complexidade dos sistemas de produção orgânicos. Contudo, as empresas prestam atendimento para todos os tipos de produtores, mas sempre via pagamento de taxas de realização de serviço.

Figura 05: – Participação de mercado das empresas de certificação orgânica por auditoria. Em outubro de 2016, no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, com 6203 produtores certificados por 09 empresas de auditoria.

### Distribuição das certificações (auditoria) por Certificadoras no Brasil - out/2016



Fonte: Elaborado por Mundo Neto (2016).

## 4. ATIVIDADES REALIZADAS

O início do estágio começou com a ambientação ao local de trabalho, uma breve apresentação aos outros funcionários da empresa, breve introdução de histórico, quais as metodologias de trabalho realizadas na empresa, funções, bate-papo com a coordenadora do estágio no local e resolução de dúvidas.

Inicialmente, como forma de conhecer mais sobre o funcionamento do processo de certificação, foi realizado um acompanhamento do chamado “fluxo do processo de certificação orgânica”. Todos os passos realizados no processo foram acompanhados.

### 4.1 CERTIFICAÇÃO POR AUDITORIA IBD

Para garantir a qualidade, visando a proteção ao consumidor e produtores orgânicos, desde pequenos produtores a grandes produções, a certificação no Brasil pode ocorrer de três formas distintas. Pode ser obtida pela contratação de uma Certificadora por Auditoria, via um

empresa externa que irá atuar sobre a certificação da propriedade. Via Sistema Participativo de Garantia - SPG, que deverá estar sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica – OPAC, na qual os próprios produtores geram a garantia de qualidade para a OPAC. Caso o interesse seja apenas pela venda direta ou institucional, os produtores podem formar uma Organização de Controle Social – OCS, seu controle sendo por instituições públicas de apoio. A certificação por auditoria possui um foco em produtores de médio a grande porte, devido aos custos mais elevados que a certificação por sistemas participativos de garantia mais concentrados na Região Sul do Brasil.

Desta maneira, a maioria do atendimento foral realizados em clientes mais tecnificados, empresariais e com maior poder de investimentos. Os produtores não necessariamente estão com a vivência agroecológica completa, pois os sistemas podem possuir grande número de hectares em maior extensão e com menor diversidade de cultivos em uma mesma área. Sempre seguindo a regulamentação orgânica vigente na legislação, mas com objetivo de investimento, sem os dogmas da produção orgânica e sim de perfil investidor.

O Sistema de Produção Orgânica no Brasil é regido pela Lei N° 10.831 de 23 de dezembro de 2003, e regulamentado pelo Decreto N° 6.323, criado em 2007, e pelas Instruções Normativas sequentes (BRASIL, 2003). Portanto, um produtor que deseja adotar o sistema de produção orgânica em sua propriedade com *status* de certificação para venda no Brasil terá que seguir a Lei n° 10.831. Porém, essa Lei não define os procedimentos de credenciamento e fiscalização das certificadoras. Esse papel fica a cargo do Decreto 6.323 e das Instruções Normativas (IN), que complementam e regularizam a Lei 10.831. A revisão das legislações vigentes ficou a cargo do estagiário.

Todo fluxo do processo de certificação foi acompanhado pelo estagiário, que realizou observações do trabalho e também com a realização das tarefas de maneira autônoma. O início ocorre quando o produtor interessado entra em contato com a entidade certificadora (IBD) e pede um projeto (orçamento de custos) de certificação e orientações sobre os próximos passos para a certificação.

Com o contrato firmado e assinado, o responsável pelo estabelecimento deve fornecer as informações necessárias para realização do trabalho. Quais os produtos produzidos e comercializados, as áreas e talhões de produção totais, quais os escopos (mercado brasileiro ou internacional) de certificação do interessado. Há diferenças na legislação entre os países, diferenciando os valores necessários para cobrir os custos da certificadora.

O responsável deve encaminhar um plano de manejo orgânico, com informações mínimas necessárias estabelecidas pelo MAPA: croqui da área, quais talhões orgânicos,

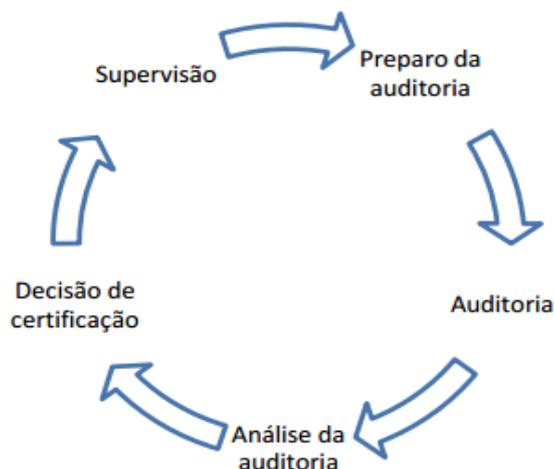
cultivares, um detalhamento do plano de safra da propriedade, com os próximos objetivos a serem realizados no ano em questão. Todos este planejamento deve ser avaliado e revisado pelo IBD, com os ajustes necessários, de adequações, análise dos riscos potenciais de contaminação dos alimentos e dos recursos naturais. Quando o plano de manejo alcança o exigidos pelo MAPA e com as normativas internas do IBD, o processo segue para preparo de certificação.

O preparo da certificação consiste em uma combinação entre o cliente e o prestador do serviço, realizado por um inspetor e pelo responsável pela propriedade. Com necessidade obrigatória de marcar uma reunião de encontro para a primeira inspeção por um inspetor externo, que responde ao IBD, para comprovar o seguimento do plano de manejo orgânico pré acordado.

Caso o produtor não apresente inconformidade, quando todas as normativas estão seguindo o estabelecido, não apresenta desconformidades técnicas. Está apto para avançar para revisão do relatório por um gerente de processos. O gerente de processos analisa o relatório gerado pelo inspetor na propriedade e procede com o seguimento do certificado orgânico anual. Caso apresente inconformidades, a propriedade inspecionada possui um limite de 90 dias para responder às solicitações de correção. Após esse período a propriedade retorna ao estágio inicial do processo, sendo necessário remarcar uma nova auditoria externa.

Todo este processo corresponde ao chamado fluxo de certificação, que segue os procedimentos citados anteriormente e demonstrado conforme figura 06. Este processo deve ser acompanhado com a assessoria da certificadora em conjunto com os clientes interessados, para assim garantir a eficácia, agilidade e confiabilidade no sistema de certificação.

Figura 06: Processos do fluxo contínuo de certificação por auditoria realizada no IBD certificações, com as etapas necessárias para obtenção de certificado orgânico

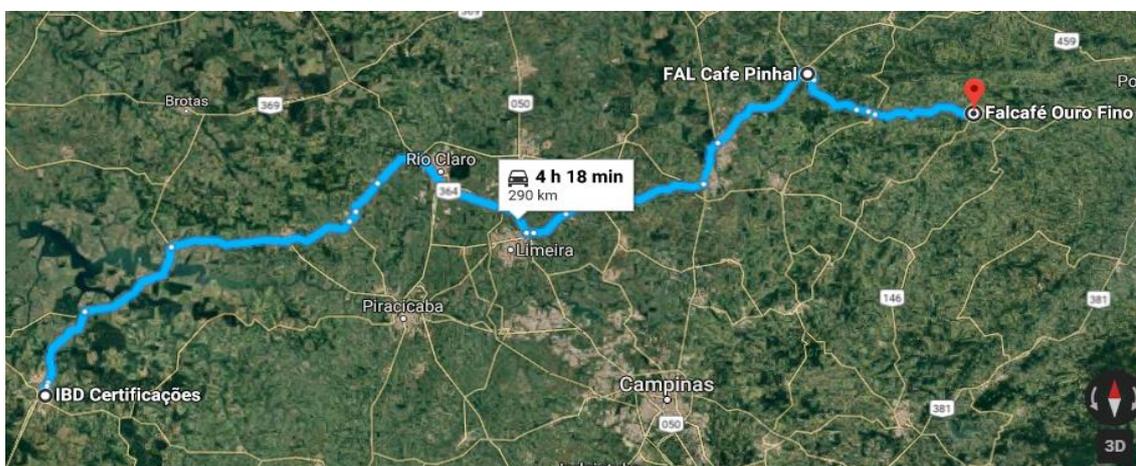


Fonte: autor (2019).

## 4.2 REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE AUDITORIA

Para uma observação completa do serviço realizado a campo, uma forma de realização de trabalho externo, foram realizadas saídas para acompanhamento de inspetorias na região próxima de Botucatu. Serão detalhadas as realizações de duas inspeções na empresa FalCafé, localizadas em Espinheiro Santo do Pinhal/SP e Ouro Fino/MG (Figura 07), nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2019.

Figura 07: Trajeto com acesso da sede do IBD para as sedes FalCafé em Espírito Santo do Pinhal/SP e em Ouro Fino/MG.



Fonte: Google Maps.

As regiões nos dois Estados se destacam na produção de café no Brasil, com a valorização dos grãos de origem, com certificação sustentável e orgânica. A empresa possui enfoque em produtos de altíssimo valor agregado, destinado a exportação de café brasileiro *premium*. A agregação de valor passa além de todo o cuidados no processamento e produção, pelo uso de selos que atestam os diferenciais do produto.

O início da inspeção começa com a recepção nos armazéns e com o primeiro contato com o responsável pelo recebimento dos auditores na empresa. A reunião de abertura conta com a explicação de todos os procedimentos a serem realizados durante a auditoria. Após esclarecimentos iniciais, realiza-se a inspeção *in loco* das conformidades orgânicas e obediência aos estabelecido na legislação vigente. Desde conferência dos documentos necessários para produção e referentes ao armazenamento das sacas de café certificado na empresa. Na visita realizada, se inspecionou o processamento e o armazenamento de café.

Na inspeção *in loco* foram revisados o recebimento dos grãos, com a identificação do café entregue e as medidas envolvidas neste processo, para evitar a mistura entre os certificados e convencionais (Figura 08). Observou-se a separação do produto durante o processamento em maquinário e nas instalações (Figura 09). Ao longo desta análise foram realizadas anotações e constatações sobre o respeito ao plano de manejo orgânico estabelecido.

Figura 08: Recebimento dos cafés identificados em *bags* e a qualidade dos grãos após separação e processamento



Fonte: Autor (2019).

Figura 09: Maquinário utilizado para processamento e separação do café no recebimento, com detalhe do modo de separação e identificação do aparelho utilizado para o grão certificado



Fonte: Autor (2019).

A empresa não apresentava nenhuma inconformidade em relação ao plano de manejo pré-estabelecido. Todos os procedimentos e padrões estavam sendo utilizados conforme as normativas estabelecidas. Dessa maneira, a auditoria saiu conforme o planejado pela empresa FalCafé e pelo IBD, ambos esperam o correto seguimento para proceder com a continuidade de utilização do selo. Em sequência, o relatório com a decisão da auditoria, no caso positivo, será encaminhado via internet para o IBD, com envio ao gerente de processos responsável pelo projeto, que irá receber o processo e dar procedimento até a emissão do certificado.

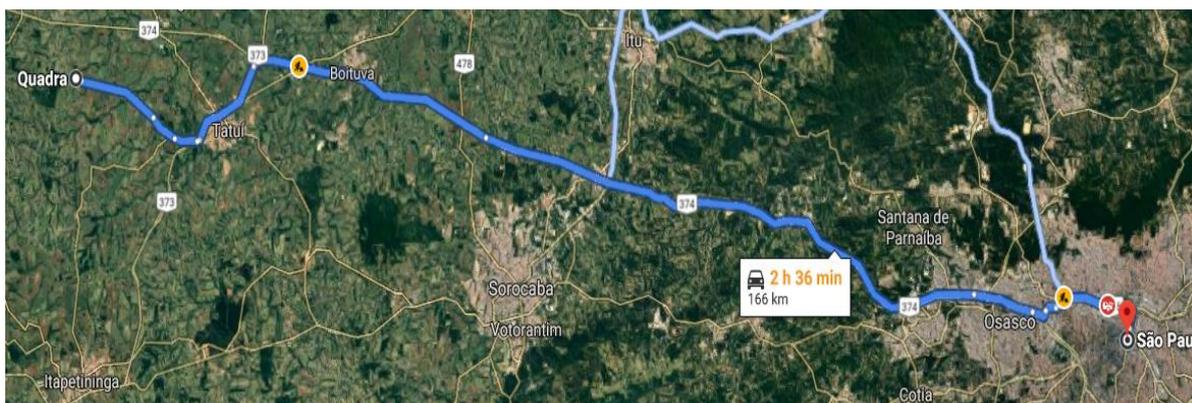
### 4.3 VISITA TÉCNICA DE PROSPECÇÃO

Como maneira de divulgar a agricultura orgânica no Estado de São Paulo, de maneira para incentivar o consumo e crescimento do mercado de orgânicos, realiza-se visitas técnicas em propriedades que possuam interesse em ingressar no mercado agrícola sustentável.

Para este tipo de produtor, o IBD possui um conjunto de visitas técnicas realizadas nos produtores interessados. Com isso, no dia 24 de janeiro foi realizada uma visita técnica na propriedade do Carlos Silveira, na cidade de Quadra, distando 85 km de Botucatu e 166 km de São Paulo (Figura 10). Uma propriedade de 62 hectares, com produção leiteira e de feno para

alimentação equina. Nesta saída realizou-se uma inspeção sem valor de fornecimento de certificado orgânico, mas com um valor simbólico para o início do processo de certificação orgânica. Inicia-se uma história da técnica utilizada no processo atual na propriedade.

Figura 10: Distância do município de Quadra até o centro da cidade de São Paulo, aproximadamente 166 km pela Rodovia Castelo Branco (BR 374).



Fonte: Google Maps.

Na propriedade do Senhor Carlos, já se usa um sistema mais sustentável e responsável de produção leiteira, com respeito às práticas de bem estar animal, reuso de água usadas na limpeza do galpão, acesso livre ao pasto e respeito a uma idade mínima de desmame. Todas essas medidas estão seguindo o estabelecido e adequadas ao preconizado pela legislação orgânica. O produtor tinha interesse em possuir o selo orgânico como maneira de atingir novos mercados lácteos que estavam se formando na região, com interesse de abastecer a capital paulista com produtos orgânicos de melhor qualidade para a população.

Foi realizada uma conversa entre o produtor e a profissional do IBD, avaliando a proporção de animais por metro quadrado de pasto, qual o tempo de vida utilizado no desmame, o acesso livre dos animais ao pasto, o tratamento fitossanitário utilizado nos animais. Assim, seguiu-se com a história dos equipamentos, do *compost barn*, do manejo alimentar e de uma breve conversa com os funcionários sobre as condições de trabalho no local.

Com as informações colhidas em campo, concluiu-se que as condições de pastagem seguiam as especificações preconizadas na Instrução Normativa N° 46 de 6 de Outubro de 2011. Constatou-se a área mínima no alojamento de 6m<sup>2</sup>, o acesso livre ao pasto, o manejo sem produtos químicos, a homeopatia que deve ser preconizada no manejo orgânico, evitando o uso de insumos desnecessários na produção de leite. Seguindo essas práticas, o produto final alcançaria, de acordo com a análise técnica do IBD, não apenas uma melhoria na qualidade,

mas também teria maior respeito ao meio ambiente e um uso mais racional de insumos. Estas mudanças na produção objetivaria ao produtor atingir novos e grandes potenciais mercados em um futuro próximo, principalmente relacionado pela sua proximidade com a capital paulista.

A atuação técnica no campo provou-se muito eficiente em esclarecimentos técnicos para desmistificação de vários mitos na produção orgânica e quais os deveres necessários para a certificação orgânica de leite. O produtor estava com muitas dúvidas e ficou entusiasmado com os esclarecimentos sobre os manejos necessários. O manejo alimentar, a análise da área de pasto necessária para o tamanho do rebanho, encontrava-se dentro do padrão estabelecido pela legislação. O entusiasmo para os procedimentos orgânicos de manejo e pela preocupação anterior do produtor anterior ao interesse em entrar no mercado orgânico demonstra a preocupação com métodos de produção mais sustentáveis.

## **5. DISCUSSÃO**

O Sistema de Certificação Brasileiro por auditoria está baseado na Instrução Normativa Nº 19 de 28 de maio de 2009, estabelecendo os critérios de certificação dos produtos orgânicos no mercado brasileiro. Aprovando os mecanismos de controle utilizados no país e os formulários mínimos necessários para a acreditação orgânica.

O sistema de certificação por auditoria atua como um dos sistemas legalizados na legislação brasileira, como também as organizações de controle social para venda direta em feiras, sistema participativo de garantia, atuando como um sistema reconhecido pela FAO na 30ª Reunião Regional em Brasília/2018, regularizando esse mecanismo possuindo todos os aspectos para garantir a certificação (FONSECA, 2009)

A certificação por auditoria, utilizada pelo IBD, faz uso de uma empresa externa, contratada para legitimar os processos orgânicos. A auditoria constitui a maneira mais utilizada pelas legislações orgânicas nos países para fornecer o certificado de conformidade (FAO, 2016).

Além disso, com volumes de vendas cada mais expressivos e mais consumo no mercado internacional de orgânicos, principalmente nos mercados norte-americanos e no da União Europeia, que juntos detêm 90% do comércio internacional de orgânicos (EUROMONITOR, 2017). Unidos às tendências de consumo pela população crescentes nos países desenvolvidos de alimentos com comprovação de origem sustentável, com menos impactos no ambiente, segurança alimentar e alimentos mais saudáveis. Optam pelos orgânicos como maneira de garantir a rastreabilidade do produto.

Estes fatores são impulsionadores para utilização dos selos dos Estados Unidos e da União Europeia por produtores brasileiros, visando a exportação de seus produtos. A certificação de extrativismo orgânico possui alta relevância, com expressivos números no comércio de Açaí e Guaraná. Para atingir os mercados mais desenvolvidos destas regiões, com todas as qualidades que o consumidor busca no produto, se aumenta a regulamentação destes produtos com uso de selos.

Todavia, mesmo com protocolos e padrões estabelecidos de atendimentos às normativas orgânicas exigidas pela legislação, o entendimento do processo de certificação pelos produtores ainda não está claro. O fluxo de certificação possui diversos pontos distintos, entre recebimento de informações, planos de manejo, inspetoria, revisão de relatório e aprovação de certificado.

Comumente ocorre engano sobre qual o papel da certificadora na propriedade, sendo muito confundida como consultoria ou que também pode realizar consultoria para o proprietário, sendo estabelecido as diretrizes e áreas de trabalho pela Instrução Normativa N° 19 de maio de 2009. O próprio estagiário cometeu este engano no começo dos trabalhos, com a ideia que a certificadora realizava trabalho de consultoria/extensão, visão errônea do papel de uma certificadora. (BRASIL, 2009)

Diariamente os funcionários recebem ligações de clientes com dúvidas sobre os próximos passos para proceder com o processo, muitas destas dúvidas são geradas por um desconhecimento generalizado do que é o sistema orgânico de produção, seu funcionamento e quais os métodos utilizados, sem uso de agrotóxicos e de outros elementos químicos. Esclarecimentos sobre os insumos permitidos sempre são os motivadores das principais dúvidas para os clientes e com os gerentes de projetos.

A legislação apresenta brechas e permissividade para uso de insumos e sementes em situações de falta destes produtos de maneira orgânica. Um dos principais entraves para agricultura orgânica são a falta de insumos certificados para uso na produção. Os produtos usados como insumo são de difícil rastreabilidade e necessitam inspeção prévia do MAPA para sua utilização correta na produção agrícola (BRASIL et al., 2016). Isso causa a restrição da liberdade de uso de produtos pelos produtores reduz o potencial de utilização mais ampla destes pelos agricultores. Poucos fabricantes de insumos utilizam selos de uso orgânico aprovado fornecido por certificadoras externas, sendo o principal empecilho que atrasa o serviço técnico realizado pelo escritório do IBD.

Há, claramente, um dificultador no trabalho da IBD em relação ao entendimento da legislação. Muitos produtores possuem dúvidas básicas, não sabendo como funciona o selo e o que ele significa, utilizando-o meramente para utilização de seu valor agregado. Percebeu-se

durante o estágio que essa dificuldade de entendimento muitas vezes é causada pelos diversos requisitos de atendimento para o manejo orgânico e a dificuldade de entender as legislações orgânicas, além de, no fim das contas, o acesso a todas essas informações não estarem claras e acessíveis de forma objetiva para os produtores. O resultado são efeitos negativos sobre o papel da produção orgânica, comumente entendida como somente útil para ocupação de nicho de mercado ou se realmente possuem um legítimo interesse em não utilizar produtos químicos externos na produção (GAZOLLA et al., 2017).

Uma outra problematização observada durante o estágio está na convencionalização dos orgânicos. Este conceito de convencionalização refere-se à substituição de processos agroecológicos, que vinham sendo utilizados pelos praticantes da agricultura orgânica, por máquinas, insumos, mercadorias e serviços externos de forma similar à elevada industrialização e mercantilização presente na agricultura convencional (BUCK et al, 1997). Este processo ocorre devido ao aumento do interesse mercadológico na produção agrícola orgânica, que cada vez mais aumenta sua capacidade de adentrar em mercados convencionais (Figura 11). Sendo assim, há um campo fértil para as empresas agrícolas buscarem com os orgânicos novas formas de entrar neste mercado crescente, levando a um cenário de troca de pacote tecnológico que está por vir e, vai acontecer, como pode-se observar também durante o estágio realizado.

Figura 11: Exemplo da convencionalização de produtos orgânicos em uma rede de supermercados paulista.



Fonte: Moacyr Lopes Júnior/Folhapress (2015).

Conjuntamente com a convencionalização, a agricultura orgânica incrementou sua produção não somente com base na agricultura familiar, mas com a agricultura empresarial,

como citado anteriormente. Estes dois conjuntos provocam uma bifurcação na agricultura ecológica, segmentando a produção entre uma que apresentava certas características produtivas similares às da agricultura convencional, utilizando insumos externos (permitidos ao orgânico), maior simplificação e especialização produtiva, perfil observado em muitos clientes do IBD. Por outro lado, a agricultura familiar geralmente apresenta mais artesanidade e diversidade de tecnologias, sendo a detentora dos sistemas mais complexos e com maior agrobiodiversidade (CONSTANCE et al., 2008)

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização do estágio na empresa IBD certificações possibilitou o entendimento e abertura de novas possibilidades sobre a produção orgânica como setor comercial e produtivo importante para a agricultura brasileira. Foi observado um grande incremento de conhecimento referente às produções mais ecológicas, com aprendizado prático e teórico sobre a forma de certificação, legislação e comercialização de produtos orgânicos - algo que seria inviável sem a realização do estágio, visto que a temática é pouco abordada nas faculdades de agronomia.

A possibilidade de realizar estágio na maior empresa brasileira de certificação certamente auxiliou neste processo de desenvolvimento de conhecimentos técnicos para o formando de Agronomia, seja estabelecendo conhecimentos teóricos desenvolvidos em escritório e conhecimento práticos realizados em trabalho externos, na maneira de saídas em campo.

Este conjunto de conhecimentos só foi possível aliado à disponibilidade dos funcionários em auxiliar e ensinar o estagiário, com a disponibilidade e paciência necessárias para compreensão total dos procedimentos realizados na empresa. A realização de auditoria em empresas e propriedades acrescentou muita experiência na questão de contato com empresas e produtores interessados na certificação por auditoria, desde grande empresas processadoras de café até produtores de hortaliças. A conversa e a inspeção junto com o auditor oficial foi um acréscimo das diversas maneiras de aproximação com os responsáveis, mesmo na situação de inspecionar a unidade produtiva. Esta abordagem foi diferente do conhecido pelo estagiário e exigiu preparo prévio para entendimento e como se realizam as auditorias.

Apesar da facilidade em conversar e tirar dúvidas com produtores agrícolas, há ainda um impeditivo para a prática da certificação. Já que a legislação orgânica apresenta muitas Instruções Normativas e parâmetros distintos, dificultando o entendimento e, muitas vezes, impedindo acesso à fonte da informação referente ao escopo necessário. Este entrave atrasa o

progresso do trabalho, a busca por informações toma tempo, gera muitas dúvidas nos funcionários e também nos clientes. Para resolver isso, está sendo construído um banco de dados unificado da legislação, visando facilitar o acesso de busca da informação, além de apresentações que esclarecem as medidas impostas por lei para os funcionários e clientes, o que facilitaria o trabalho de todos.

O mercado em crescimento e a convencionalização dos produtos orgânicos, são atrativos para entrada de agricultura empresarial e de empresas de grande porte na cartela de clientes do IBD. Com números crescentes dos clientes empresariais, que buscam o acesso a comercialização de seus produtos pela certificação por auditoria. As grandes empresas, com maior poder de investimento, optam por empresas certificadoras com atuação ampla nos mercados.

O novo mercado e a transição para medidas cada vez mais orgânicas de produção demonstram a responsabilidade e a importância que certificadoras e que outras medidas de certificação, possuindo o dever em informar de maneira correta o produto que está sendo vendido com os padrões estabelecidos pelo selo.

O trabalho de certificação no Brasil possui perspectivas de forte crescimento, com taxas que se mantêm elevadas e constantes ao longo das décadas, com a permanência e aumento do mercado de certificação orgânica no Brasil e em nível mundial. A agricultura será transformada ao longo do futuro. O uso exacerbado de recursos naturais constrói perspectivas falsas sobre a produção e sua consolidação ao longo do tempo. Este uso irracional mostra-se em alterações inegáveis no clima e na transformação do campo. A perpetuação do uso sustentável dos recursos com a permanência da produção de alimentos com segurança alimentar será essencial para a humanidade.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alda Cristiane Oliveira; DOS SANTOS, André Luis de Sousa; DE AZEVEDO, Rose Mary Maduro Camboim. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória.. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 7, n. 2, sep. 2012. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/10085>>. Acesso em: 15 apr. 2019.

BARBOSA, Wescley de Freitas; SOUSA, Eliane Pinheiro de. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. **Revista Economia & Tecnologia**, [S.l.], v. 8, n. 4, dez. 2012. ISSN 2338-1988. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/30784/20003>>. Acesso em: 06 abr. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v8i4.30784>.

BRASIL, Natália Salvate; THIES, Vanderlei Franck. Da Certificação à Convencionalização: Dilemas e Contradições na Comercialização de Alimentos Orgânicos. In: REDE DE ESTUDOS RURAIS, 7 encontro., 2016, Natal. **Artigo**. Rio de Janeiro: Rede, 2016. p. 1 - 14. Disponível em: <[http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/12\\_6.pdf](http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/12_6.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2019.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Coordenação de Agroecologia. – Brasília : Mapa/ACS, 2008. 56 p. Disponível em <<http://www.usp.br/pecuariaorganica/wp-content/uploads/2015/03/mecanismos-de-controle.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2019

Brasil. Instrução Normativa nº 19, de 29 de maio de 2009. Aprova Os Mecanismos de Controle e Informação da Qualidade Orgânica. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtiva de produtos orgânicos / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; coordenadores Antônio

Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha. – Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007. 108 p. (Agronegócios; v. 5) Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B0590p/B0590p.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2019

Brasil. Constituição (2007). Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta A Lei Nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003. Brasília,

Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar / Organizadores Marcio Gazolla [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 520 p. : il. ; 16x23 cm.

CARREIRO, Juliana. Setor de orgânicos cresce cerca de 20% ao ano no país. Estadão. São Paulo, 12 jun. 2018. p. 1-2. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/blogs/comida-de-verdade/setor-de-organicos-cresce-cerca-de-20-ao-ano-no-pais/>>. Acesso em: 09 abr. 2019

DIAS, Valéria da Veiga et al . O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. Ambient. soc., São Paulo , v. 18, n. 1, p. 155-174, Mar. 2015 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2015000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2015000100010&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC841V1812015en>.

GIDDENS, Anthony. **Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age**. 13. ed. Cambridge: Polity Press, 1991. 264 p.

MEIRELLES, Laércio. A Certificação de Produtos Orgânicos: -caminhos e descaminhos-. Ipê: Centro Ecológico, 2003. 7 p. Disponível em: <[http://www.centroecologico.org.br/artigo\\_detalhe.php?id\\_artigo=3](http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=3)>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PARRA FILHO, Antonio Carlos Mendes et al . A Convencionalização na Produção de Sementes na Agricultura Orgânica Brasileira. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 56, n. 4, p. 565-582, out. 2018 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-)

20032018000400565&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 04 abr. 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560402>.

SANTOS, Fernanda dos et al . Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 19, n. 5, p. 1429-1436, maio 2014 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000501429&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000501429&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 10 abr. 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014195.14982013>.

SOUZA, Marcelle. **Sem açúcar, integral, será mesmo? Aprenda como ler rótulos em supermercados.** 2017. Disponível em:  
<<http://cadeialogisticadofrio.blogspot.com/2017/07/rotulos-de-alimenticios.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVEIRA, Pedro Amaral. Supermercados gaúchos registraram crescimento real de 2,4% nas vendas em 2017. *Correio de Notícias*. Canoas, p. 1-5. 18 abr. 2018. Disponível em:  
<<http://www.organicnet.com.br/2018/05/ranking-aponta-crescimento-da-venda-de-organicos-em-supermercados-gauchos/>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

TERRAZZAN, Priscila; VALARINI, Pedro José. Situação do Mercado de Produtos Orgânicos e as Formas de Comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, p.27-41, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.ciorganico.agr.br/wp-content/uploads/2012/08/tec3-1109.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

THIES, Vanderlei Franck; BRASIL, Natália Salvate. Certificação e Agência dos Agricultores: Uma Esgrima Entre Sistemas Participativos e Auditoria Externa. In: REDE DE ESTUDOS RURAIS, 7., 2016, Natal. **Artigo**. Rio de Janeiro: Rede, 2016. p. 1 - 12. Disponível em:  
<[http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/7\\_6.pdf](http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/7_6.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2019.

VIEGAS, Maurício da Trindade. **Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de convencionalização da agricultura orgânica.**2016. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas,

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/168107>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

Willer, Helga and Julia Lernoud (Eds.) (2018): The World of Organic Agriculture. statistics and Emerging Trends 2018. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick, and IFOAM - Organics International, Bonn. Disponível em: <<https://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2018.html>> Acesso em 22 fev. 2019.